Ata da 18ª Reunião Ordinária do 4º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas as moções n° 88, 89 e 90 de 2024 e os Certificados de Regularidade n° 134, 135, 136 e 137 de 2024. **ATA:** Foi colocado em discussão única e votação a ata da 17ª Reunião Ordinária de 2024, e sem manifestações, a ata foi aprovada por unanimidade. A sra. presidente comunicou ainda, o calendário das sessões do mês de maio sendo nos dias: 06, 13, 16, 20, 23 e 27. **ENTREGA DE MOÇÃO DE APLAUSOS** ao Coral Ritorno Alle Origine pelos seus mais de trinta anos de história. Foi exibido um vídeo criado pela assessoria de imprensa da Câmara de Vereadores e logo em seguida a autora da moção Carla O. Hofmann fez o uso da palavra. Disse que todos os vereadores compreenderam a importância da cultura italiana para a formação do povo de São Bento do Sul, quanto a manutenção de todas essas tarefas diferenciadas que o grupo faz com tanta alegria. Comentou ainda que a placa que o grupo receberia durante a sessão é singela por toda a história e tudo o que a cultura italiana representa. A sra. presidente Zuleica Voltolini chamou o presidente e sua esposa, Evanir Bertold e Gertrudes Bertold, e também o senhor Luiz Sevignani e sua esposa Romilda Sevignani para que fossem ao centro do plenário para receber a moção das mãos da vereadora e autora do projeto Carla O. Hofmann. Em seguida, a sra. presidente Zuleica Voltolini convidou todos os integrantes do coral para que fossem juntamente ao centro do plenário para realizar uma foto junto com todos os vereadores. A sra. presidente Zuleica Voltolini convidou o presidente do grupo Evanir Bertold para fazer o uso da palavra. Disse ser um dos quatro fundadores do grupo, e que infelizmente os outros três já faleceram. Contou que quando foi criado o Círculo Italiano de São Bento do Sul, o grupo foi crescendo, mas que infelizmente quando surgiu a covid o grupo diminuiu novamente. Disse que foi construída a sede com a doação do terreno pela prefeitura e após, o Deputado Estadual Antônio Aguiar conseguiu uma verba, dando início à construção da sede bem como utilizando o dinheiro arrecadado através das atividades do clube realizando por exemplo jantares para arrecadação de fundos. Comentou ainda que em uma das suas ações, o clube realizou um almoço na igreja do bairro Serra Alta para mil e duzentas pessoas. Com a palavra novamente, a sra. presidente vereadora Zuleica agradeceu e parabenizou todos os integrantes do

coral que representam os mais de trinta anos de história e o resgate cultural que tanto orgulha a cidade e os munícipes. **MATÉRIAS EM DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO: Requerimento de Informação n° 66 de 2024 –** Autores: Adriano Reinhardt, Carla O. Hofmann e Jairson Sabino – Ao executivo Municipal requerendo informações sobre a Lei Municipal n° 3476 de 2015 que institui o Programa Municipal Porteira Aberta e estabelece outras providências. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Disse que foi pontuado em várias oportunidades uma gama muito variada de problemas que a Secretaria de Agricultura enfrentava, e disse que deseja que o novo secretário coloque ordem na casa, pois é preciso, visto que acabou de ter uma condenação do ex-secretário José Grein em relação a Expoama. Disse também que várias situações chamam atenção em razão da pouca publicidade da forma como o serviço é determinado e também comentou que houve muitos questionamentos de pessoas que receberam serviço do porque alguns que utilizaram durante vinte horas tem um boleto de x reais, e outros pelas mesmas vinte horas possuem dois x a mais ou até mesmo três. Comentou que esta situação foi justificada no final do requerimento, e que a preocupação é que a agricultura seja bem atendida, e disse que quando for otimizado os recursos para a secretaria, irá atingir mais agricultores, não tendo a situação de um agricultor ter recebido dez ou quinze cargas de saibro e outro nenhuma. Salientou que é necessário dar uma publicidade para as atas que são realizadas pelo conselho, o ordenamento dos trabalhos, tendo tudo constado no requerimento. Ressaltou a importância destes esclarecimentos, até mesmo para que seja possível devolver ao munícipe, que tanto cobra, e que seja um processo transparente não gerando dúvidas sobre a secretaria. Por fim, salientou então que o Requerimento de Informação é no sentido de prestar esclarecimento e também ressalta a importância de uma conversa a partir da resposta do requerimento com o secretário, até mesmo para estabelecer protocolos, que acredita ser um desejo do secretário, e que um protocolo bem feito, com data de entrada e todo organizado, protege o munícipe e também o servidor que trabalha na pasta. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que o Requerimento de Informação é importante para que seja esclarecido as dúvidas que os vereadores proponentes colocaram no requerimento. Fez duas pontuações, onde disse que as mesmas vinte horas terem valores diferentes se dá pelo motivo de que se tratam de serviços diferentes, mas disse que na resposta do requerimento virá essa informação sendo esclarecido o porquê da diferença. Outra pontuação que fez, foi dizendo que a prefeitura de São Bento do Sul ao longo desses últimos dois anos principalmente, vem dando uma publicidade muito grande a todos os atos, colocando diversos serviços no Portal da Transparência e um dos últimos que foi colocado agora é a possibilidade de as pessoas consultarem onde estão os veículos da prefeitura, como por exemplo quem está dirigindo ou o serviço que está sendo feito. Disse que da Secretaria da Agricultura ainda não se encontra no sistema visto que essa secretaria foi a primeira de toda a prefeitura

que fez o sistema de rastreamento, na colocação de GPS, e fez isso sozinha como secretaria e contratou uma empresa. Disse que depois a prefeitura como um todo vendo que era muito boa a iniciativa fez para todas as demais secretarias o rastreamento dos veículos, com a contratação de outra empresa, visto que eram licitações diferentes e nessa segunda etapa acabou sendo mais rápido através até mesmo do próprio departamento de TI da prefeitura, em colocar à disposição da comunidade o acompanhamento dos veículos. Disse que a Secretaria da Agricultura ainda precisa colocar essa publicidade no que diz respeito a isso. Por fim, disse que muitas coisas ainda podem melhorar, e que quanto ao requerimento em si, são perguntas que ainda não constam no Portal da Transparência, sendo importante então a aprovação do mesmo. E não havendo demais manifestações, o Requerimento de Informação n° 66 de 2024 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade pelos vereadores em seguida. **Moção de apelo n° 087 de 2024** – Autora: Carla Odete Hofmann – Moção de apelo ao Governador do Estado de Santa Catarina e ao Comandante Geral da Polícia Militar em favor da convocação dos candidatos aprovados em todas as fases do concurso. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Disse que a polícia militar tem uma importância fundamental na manutenção das questões relacionadas à segurança pública dos municípios, mas que existe uma defasagem grande no número de policiais que estão demandados para cada um dos municípios. Comentou que existe um concurso em aberto e que inclusive já teve uma situação que foi julgada pelo STF e hoje não há nenhum óbice e vedação constitucional e se tem 874 aprovados no último concurso da polícia militar, e esse número não fará apenas com que a segurança pública da cidade ganhe mais integrantes da força policial, mas também outros municípios. Disse ainda que a polícia militar de Santa Catarina é um exemplo para o país pela manutenção da ordem e da segurança pública. Disse que cidades como São Bento do Sul, houve uma ou outra situação que preocupou, inclusive os vereadores procuraram o comando da polícia militar requerendo providências para que a polícia esteja mais ativa, como por exemplo na praça central, podendo afastar maiores problemas, e disse que um dos relatos dos comandos é justamente a dificuldade que se tem de aumentar a força policial no município. Visto os critérios, o qual a vereadora disse discordar, sendo São Bento do Sul uma cidade que não é muito violenta, o município precisa de menos policiais. A vereadora comentou que discorda desse critério visto que a cidade pode acabar se tornando violenta por conta da ausência de policiais. Disse ainda que com a aprovação e não existindo nenhum óbice constitucional, gostaria que todos os vereadores assinassem em conjunto a moção diante da importância da segurança pública para a segurança dos munícipes e seus patrimônios e continuar andar na cidade sem medo. Por fim, comentou que gostaria que todos os vereadores cobrassem dos deputados estaduais dos respectivos partidos para que essa cobrança viesse da ALESC para o Governo do Estado para que sejam preenchidas essas vagas do concurso. Com a palavra a sra. presidente

vereadora Zuleica disse que também gostaria que os vereadores assinassem em conjunto a moção visto a relevância que é a segurança no município. E não havendo mais manifestações a moção de apelo n° 087 de 2024 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade logo em seguida. **Moção de Aplausos n° 088 de 2024 –** Autora: Zuleica Voltolini – Moção de aplausos à 2ª Companhia do 9º Batalhão de Bombeiros Militar de São Bento do Sul pelos seus quarenta anos de fundação. Com a palavra, a vereadora Zuleica Voltolini. Explanou um pouco sobre a história da companhia, e disse que o corpo de bombeiros de São Bento do Sul desempenha diversas atividades destacando-se os combates a incêndios, busca e resgate de pessoas perdidas, salvamento em altura e atendimento pré-hospitalar tanto em casos de trauma quanto clínicos. Disse ainda que o corpo de bombeiros busca aproximar a comunidade e os militares por meio de algumas ações preventivas e programas, como por exemplo, o bombeiro comunitário. Diante de todas as ações e benfeitorias realizadas pelo corpo de bombeiros, a vereadora pediu pela aprovação dos vereadores para a moção de aplausos pelos quarenta anos de sua fundação. E não havendo manifestações, foi colocado em votação a moção de aplausos n° 088 de 2024 e aprovada por unanimidade logo em seguida, tendo todos os vereadores para assinar a mesma. **Certificados de Regularidade n° 130, 131 e 132 de 2024 –** Para agilizar o andamento da sessão, a sra. presidente solicitou aos demais vereadores para que os três certificados fossem votados em conjunto. Os vereadores foram favoráveis. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que a Associação Centro Especializado em Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos, o Hospital e Maternidade Sagrada Família e a Associação São Bento de Futebol apresentaram na Câmara de Vereadores a prestação de contas alusiva ao ano de 2023 e que estão totalmente regulares, e que já foram analisados pelas comissões anteriormente, pediu então a aprovação aos vereadores. E não havendo manifestações, os Certificados de Regularidade n° 131, 132 e 133 de 2024 foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade em seguida. **MATÉRIAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Projeto de Lei n° 578 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Altera a redação da Lei n° 1633 de 03 de outubro de 2006, que denomina rua no município de São Bento do Sul. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que no dia 03 de outubro do ano de 2006 foi promulgada a lei no município de São Bento do Sul denominando rua Francisco Nossol, localizada no bairro Serra Alta, onde foi dito na lei que a rua possuía 107 metros de extensão e 12 metros de largura, mas sempre teve 6 metros de largura, e com isso, essa diferença vem prejudicando todos os moradores da rua em relação as transferências de titularidade dos seus imóveis junto ao registro de imóveis de São Bento do Sul. Disse que então que para regularizar a situação que de fato existe desde 2006, é necessária a aprovação do projeto. E não havendo manifestações, o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade em seguida. **Projeto de Lei n° 581 de 2024 –** Autor: Executivo

Municipal – Altera a redação do Anexo II da Lei n° 945, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre o plano de carreira do magistério público do município de São Bento do Sul. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que o projeto se trata apenas de uma adequação no quadro dos funcionários dos servidores da educação, onde irá ocorrer a diminuição de vagas que não são ocupadas nos anos iniciais onde será acrescentada na educação infantil que necessita de mais profissionais nessa área. Explicou que terão 50 vagas a mais na educação infantil e 50 vagas a menos nos anos iniciais, e ressaltou que não existe diferença entre os salários, não havendo nenhum impacto financeiro no município. Por fim, pediu a aprovação dos vereadores ao projeto. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Se manifestou favorável, pois realmente se trata de uma adequação, visto que não trará impacto financeiro ao município e que se trata de ano eleitoral. E não havendo demais manifestações, o projeto foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade em seguida. **Projeto de Lei n° 582 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito especial pelo Superávit financeiro o orçamento de 2024 e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que se trata do valor de trinta mil reais, sendo oriundo de superávit financeiro de economias da prefeitura, e que esse valor será utilizado par a secretaria de assistência social e será destinado para a reforma e ampliação do CRAS do bairro Centenário. Por fim, pediu a aprovação de todos os vereadores. **MATÉRIAS EM PRIMEIRA DISCUSSÃO: Projeto de Lei do Executivo n° 557 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Altera a Lei n°4203 de 23 de dezembro de 2019, que institui a estrutura administrativa e dá outras providências. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que se trata de um projeto de lei onde em virtude de uma ação do ministério público que determinava a extinção de 33 cargos, em virtude destes cargos no ano de 2019 não terem tido a correta descrição, o Ministério Público não está interferindo no Poder Executivo para dizer se pode ou não ter cargos, mas que essa ação visa a forma incorreta da apresentação desses cargos, e a não descrição completa da existência desses cargos. Em virtude disso, o Executivo encaminhou para a Câmara de Vereadores fazendo a readequação de 27 destes 33 cargos, ou seja, 6 cargos estão sendo de fato extintos, e disse que no ano de 2019 a mesma ação que o Ministério Público fez, para a readequação de 171 cargos e foi feito de 121, sendo agora de 33 para 27. Disse que é necessária a manutenção desses cargos então não se trata da criação, ou seja, não se trata de novos cargos, mas sim de uma readequação dos cargos já existentes com uma nova nomenclatura e com uma descrição destes cargos mais completos. Disse que muitas pessoas que já trabalham nestes cargos serão encaminhadas para outras funções, sendo algumas extintas. Comentou sobre um cargo que está sendo extinto e foi até motivo de debates, que é o cargo de ouvidor, e agora será por concurso público. Salientou ainda que este projeto teve uma tramitação muito longa na câmara de vereadores, com várias discussões, o parecer jurídico da assessoria jurídica da

câmara foi favorável pela tramitação do projeto de lei não encontrando nenhuma ilegalidade e nenhuma inconstitucionalidade, disse ainda que a comissão de justiça e legislação pontuou pedindo a reprovação do projeto de lei, e as demais comissões opinaram pela sequência tramitação, e explicou que quando vem um parecer contrário de alguma comissão é realizada uma votação no plenário e a maioria decidiu pela continuidade da discussão do projeto, chegando então o projeto para a primeira discussão no dia atual. Salientou a necessidade da manutenção destes cargos, em virtude de todos os trabalhos que estão sendo feitos, e que todos podem perceber o volume de serviço e obras que a prefeitura tem feito, os atendimentos nos postos de saúde até as vinte e uma horas, a quantidade de médicos a mais que estão atendendo, as obras de reformas nas escolas de quarenta unidades das quarenta e oito existentes no município, as mais de cem ruas já pavimentadas, e todos os outros projetos que estão em andamento como por exemplo da UPA, posto central, centro de especialidades, reformas de várias modalidades de esporte da FMD, as reformas do CRAS, Museu e escola de música, entre tantas outras, então hoje retirar vinte e sete pessoas que estão no comando de diversas atividades, que estão gerenciando, pois são vagas de chefias e diretorias, e que estariam sendo retiradas da estrutura do município, resultaria em um prejuízo grande para a cidade. Disse que na segunda discussão irá pedir a aprovação de todos os vereadores. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Disse que ao seu entender, existe uma ordem judicial sendo descumprida pelo excelentíssimo prefeito municipal, desde os 180 dias passados para regularizar a situação, e depois foi feito uma tentativa para minimizar esse problema através desse projeto segundo a vereadora Terezinha de readequação, complementou dizendo que depois destes 180 dias não se tratam de cargos readequados, mas sim de cargos novos. Disse que embora o parecer da comissão de constituição e justiça foi afastado pelos demais vereadores, disse que concorda com as obras que estão sendo realizadas pelo governo e que o mesmo tem cumprido aquilo que se propôs quando colocou a atual administração ao crivo do voto popular e recebeu a confiança da população da cidade, mas o que não se pode misturar é o fato de que a existência de boas obras e bom trabalho seja motivo para que alguma ilegalidade seja mantida. Disse então que a sequência de trabalhos necessários para que São Bento do Sul continue andando e sendo bem administrado, fique na dependência de uma posição incorreta e ilegal de chancelar o pedido. Disse que embora todo o respeito pelo parecer do Dr. Thiago, jurídico da casa, tenha sido favorável, a vereadora tem exposto na relatoria da comissão de constituição e justiça que não se pode chancelar o pedido. Disse que irá se manifestar de maneira mais aprofundada na segunda discussão, mas sempre consignando respeito à líder de governo pela defesa que faz do que entende como justo e correto, mas deixa a sua resignação em relação à ilegalidade ao seu ver, e ao descumprimento de uma ordem judicial que está acontecendo em relação à passagem já dos 180 dias das determinações dadas pelo Ministério Público que

não foram cumpridas. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Disse que não existe nada que possa ser dito que vá alterar a votação dos vereadores de situação, os vereadores que apoiam esse governo bisonho que está atuando, e que o povo irá pagar esta conta. Agradeceu o silêncio da plateia durante a sessão. Retomou o assunto dizendo que como a vereadora Carla comentou, não é apenas imoral, mas sim ilegal, não é só indecente pedir que o povo pague tudo, e que não tem ninguém de operacional nestes cargos de mil reais, mas sim todos chefes e diretores. Disse que se é ilegal, tem de se apresentar ao judiciário, Ministério Público, Tribunal Contas do Estado, para fazer essas avaliações e considerações e é o que vai restar para os vereadores que estão no direto e no exclusivo interesse da população, e que se tem os vereadores que estão defendendo os interesses do prefeito, que busca a sua reeleição as custas do erário público. Comentou que os vereadores quando tomam posse, é feito um juramento que irão defender os interesses da população que os elegeu, mas disse que não vê interesse da população em pagar esses cabides de emprego, além da legalidade. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Disse que o vereador Jairson Sabino em suas falas sempre "joga para as costas" dos vereadores da situação, mas disse que defendeu esse projeto desde o início, e que escutou várias vezes comentários que os vereadores que defendem os cargos é porque os mesmos possuem cargo no governo, mas deixou claro que não possui cargo no governo, e muito pelo contrário, que muitos vereadores desses até poucos dias atrás tiveram e que pode ser que de repente no dia atual tem uma fala diferente. Disse que em 2019 foram apontados 173 cargos e o vereador Sabino foi um que estava na câmara, e votaram em poucos dias e o mesmo não reclamou. O vereador ainda agradeceu por terem aprovado visto que estava na Secretaria de Obras e iria perder muitos funcionários bons, comissionados que vestiam a camisa para trabalhar. Disse que não se importa quanto o secretário ganha ou deixa de ganhar, mas sim que faça um trabalho bom pela cidade. Disse ainda, se referindo ao vereador Jairson Sabino, que caso o mesmo queira ser contra o governo, que seja, mas que não fique jogando em cima nas costas dos vereadores da situação, e disse que defende alguns projetos não sendo oposição ou situação, mas sim para defender as causas da cidade, e tem de fiscalizar e legislar, mas não ficar toda hora jogando a culpa em cima de um e de outro. Disse que até poderia ter votado a favor do pedido de informação caso não tivesse sido engavetado por sessenta dias. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Disse que é favorável ao projeto, mesmo que alguns vereadores dizem que os munícipes irão pagar a conta. Disse que em um passado não muito longínquo foi pago também, mas não receberam. Falou ainda que muito se reclama dos asfaltos, mas esquecem que em uma pesquisa feita na cidade foi o mais pedido, e em segundo lugar lazer. Comentou que as pessoas já estão no executivo e estão custando num projeto de governo que até o momento cumpriu com 90% com o seu plano de governo. Disse que são cargos de confiança, mas que por exemplo se seu assessor fosse concursado, não o

queria como concursado, visto que três anos para cá, começou a ver a política nos bastidores de uma maneira que não via quando estava em sua casa. Disse ainda que mesmo sabendo que a corda arrebenta no lado mais fraco, viu muitos que vibram “o melhor, pior”, talvez por ego, vaidade ou projeto político pessoal e não como um todo. Comentou que deve sim se basear no que já passou, de fato em 2019 o projeto foi votado e passou por unanimidade. Mas disse que percebe nitidamente que os discursos mudam de acordo com aquilo que convém. Se referindo ao vereador Jairson Sabino, o vereador Darlan disse que quando ele executou o cargo de secretário de obras, havia três diretoras para auxiliar, e disse que provavelmente o vereador saberia a importância de diretores para auxiliar, visto que os três diretores eram pessoas de sua confiança não sendo concursadas. Disse que não pode ser contra por um motivo particular, a um governo que tem entregue ao povo um canteiro de obras, sendo as mesmas assistidas pela equipe que compõe o seu corpo de confiança. Concordou ainda com o vereador Hélio, quando falou que o projeto poderia ter saído da gaveta antes, e ainda disse que sem sombra de dúvida, o projeto que mais ficou dentro de uma gaveta nestes três anos de legislatura, foi esse. Com parte da palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Disse que independentemente da legalidade, disse que entende e concorda que o prefeito e secretários precisam dos cargos de confiança para “tocar” seus projetos. Mas disse que o problema é que dentro dessa estrutura que foi apresentado, assim como ao seu ver existem projetos sendo “tocados” por pessoas com experiência, mas tem por exemplo a assessoria do vice-prefeito, que não vê como necessário de um momento como este estar sendo instalado. Outros cargos, que ao seu ver, deveriam ser preenchidos por pessoas técnicas com concurso público, logo não se trata de ser posição ou oposição. Disse ainda que primeiro é a questão de legalidade que continua insistindo, até mesmo por ter o seu conhecimento jurídico, mas ainda que se fale no mérito, há cargos que necessitam de pessoas técnicas, por exemplo a defesa civil, onde é necessário não trabalhar apenas nas consequências, mas também na prevenção, bem como outras ações, necessitando de pessoas técnicas. Com a palavra novamente, o vereador Darlan A. Guliani, concluiu dizendo sobre a questão que extrapolou os 180 dias, o legislativo teria tempo suficiente para devolver o projeto votado ou não para o executivo, para que entrasse dentro da legalidade. Disse que nesta altura do campeonato, com todas as obras em execução, neste momento pensa unicamente na continuação dos trabalhos. Por fim, disse que vota favorável, uma vez que não tem até o dia atual tanto no legislativo tanto no executivo, um cargo indicado. Disse, portanto, que seu voto é muito tranquilo e transparente. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Concordou com a vereadora Carla que este projeto já passou o prazo, e garante que a culpa não é dos vereadores da comissão. Disse que foi bem estudado, feito pedidos de informação, e que os mesmos foram negados por outros vereadores, visto que muito se fala de transparência, mas não é o que está tendo. Disse ainda que o projeto “caiu de

paraquedas", mas justamente em um ano de eleição, colocando os vereadores em "check". Comentou que o Ministério Público já notificou a questão em 2023 e o Executivo teve a capacidade de deixar para 2024. Disse que destes 27 cargos, alguns são muito importantes, mas deveriam ser pessoas capacitadas, graduadas e com conhecimento nas funções. Disse que São Bento do Sul deveria ser exemplo para o país, e que deveriam parar de fazer politicagem. Disse sobre os vereadores que afirmaram não terem cargos na prefeitura, mas que até então o vereador Hélio era oposição, e agora passou a ser situação, pois ganharam uma secretaria, se tratando de politicagem. Se referiu a fala do vereador Darlan, onde disse sobre as obras, questionou a qualidade das mesmas, ressaltando a "dor de cabeça" que alguns moradores já estão tendo e terão ainda, visto que muitos asfaltos terão que ser refeitos, como por exemplo a Rua Augusto Wunderwald, Antônio Kaesemodel entre outras. Disse ainda sobre a questão da saúde, e comentou sobre a obra no posto central, disse que não sabe sobre a qualidade, mas a obra está saindo. Entretanto, para que a reforma aconteça, "jogaram" o posto central em um prédio com poucas salas e dois médicos, faltando enfermeiro, auxiliar, atendente, entre outros, chegando inverno sem ventilação no local, salas sem pia para realizar curativos, e sem condições de atendimento. Questionou ainda o porquê tanta pressa no último ano nas obras da UPA. E disse ainda que não conseguem manter os postos de saúde em dia, quem dirá uma UPA. Disse que o município infelizmente não consegue administrar uma UPA, visto que está indo direto fiscalizar os postos de saúde. Retomou o assunto dos 27 cargos, e disse não ser contra os mesmos, mas neste momento diz que se trata de 27 cabos eleitorais. Disse que este é um projeto que irá ser aprovado pela maioria, mas não contará com o seu voto, pois será contrário, não por todos os cargos, mas como veio em um projeto só e não separado por setores, terá que ser contra. Com parte da palavra, o vereador Jairson Sabino. Questionou o motivo de fazer uma UPA. Disse que o Hospital e Maternidade Sagrada Família, sempre fez o atendimento de urgência e emergência, e disse que a demora que acontece as vezes no atendimento é devido à má vontade do governo com o hospital. Disse ainda que o hospital pode fazer a contratação de profissionais o tempo todo, não sendo igual a prefeitura que precisa fazer um concurso público. Mas o prefeito quer fazer uma unidade de atendimento, para enfraquecer a parceria da prefeitura com o hospital. Disse ainda que assume a culpa, pois ajudou a eleger. Disse ainda sobre o tanto que se houve dos 180 dias, onde o protocolo foi realizado dia 16 de fevereiro, lido na sessão do dia 19. Ainda sobre a fala do vereador Darlan, o vereador Jairson Sabino disse que eram duas diretoras e a terceira pessoa que empregou e colocou em uma vaga de diretora era uma engenheira, pois precisava de uma pessoa qualificada, e para conhecimento de todos, disse que a secretaria de obras não possui engenheiros, mas a educação possui. Deixou claro, que fazia oposição ao partido PP, sendo contraditório o que outros vereadores falaram. Para finalizar, disse que irá rever o Regimento Interno da Câmara de Vereadores,

e que se continuarem agredindo pessoalmente da forma que está acontecendo, será visto como irá ficar o decoro parlamentar, e que fala sobre o governo, mas não agride ninguém, como já aconteceu com outro vereador que saiu para assumir a Secretaria da Agricultura que lhe citava o tempo todo, entendendo que se trata de uma agressão. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Explicou que poderia estar falando pela segunda vez, pois na primeira falou como líder de governo, e agora como vereadora. Disse que se deve respeitar a opinião de cada pessoa. Disse que algumas sessões atrás, fez uma definição do que é fato e do que é opinião. Disse que opinião é aquilo que cada um acha, mas não necessariamente uma verdade. E disse que fato é algo que já aconteceu e algo que ninguém muda. Disse, se tratando de fatos, que em 2019 eram outros vereadores, e apenas o vereador Sabino fazendo parte até então, e que não vincula ele dar o mesmo voto na legislação passada, onde no ano de 2019 votou favorável e agora se manifestando de forma contrária, sendo seu direito. Naquela oportunidade o projeto demorou vinte e seis dias na casa de leis, e foi aprovado pelos dez vereadores. Neste ano que é um ano eleitoral, fato, este projeto se encontra na casa desde o dia 16 de fevereiro. Em relação ao prazo, se já estourou ou não, disse que o prazo é de acordo com o artigo 219, do código de processo civil e de acordo com o entendimento do STJ, há jurisprudência dizendo como deve ser o cumprimento da sentença, então basta olhar e confirmar que não está estourado o prazo para cumprimento. Disse que foi falado também durante a sessão que estes cargos comissionados são cabides de emprego, sendo que cada vereador tem seu assessor de confiança, para que ajudem nos projetos e situações que acontecem na câmara de vereadores, visto que os vereadores não conseguem estar em diversos lugares ao mesmo tempo, e disse ainda que o prefeito tem o seu assessor, e questionou se irão obrigar o vice-prefeito ter um assessor concursado, sendo o mesmo para o vice-prefeito A, B, C e D. Portanto, disse que assim como o vereador, o prefeito e seu vice também precisam ter seu assessor de confiança e afinidade. Disse que até 2019 eram 171 cargos comissionados, e nesta gestão 121, e destes 121 cargos 48 são pessoas que já trabalham na prefeitura, ou seja, são pessoas concursadas e que estão neste momento exercendo um cargo de confiança. Disse ainda que várias pessoas que estão exercendo cargo de confiança nesta gestão também exerceram cargo de confiança na gestão anterior. Comentou que a preocupação de diminuir cargos de confiança e de indicação política resulta nas escolas, sendo feita a eleição dos diretores, tendo 48 unidades escolares, não sendo mais estes cargos com indicação política. Eleição essa democrática, junto aos pais, alunos e professores, tendo apenas 6 unidades que ainda não realizaram a eleição. Também comentou sobre os coordenadores das escolas, sendo que algumas escolas possuem mais de um coordenador, visto que poderiam ser mais 48 coordenadores que poderiam ser indicados pelo prefeito, e disse que foi feito concurso público para estes coordenadores aproximadamente há dois anos. Disse ainda que existem coordenadores por indicação pois no concurso público

não houve candidatos suficiente para a substituição de todos por cargo de concurso. Disse a importância de ter alguns cargos de confiança, sendo na Secretaria de Obras se este projeto não “passar”, ficarão apenas um secretário e um diretor, perdendo então dois diretores e seis cargos de chefes, e questionou como uma Secretaria de Obras com todo o patrolamento, visto que o município tem 800 quilômetros de ruas que não são pavimentados e apenas 250 são. E disse que aproximadamente 60 quilômetros de rua foram pavimentados nestes últimos dois anos, tendo além serviços como drenagem, tubulação, limpeza urbana, entre outros. Comentou ainda sobre as praças que estão recebendo reformas ou até mesmo sendo feitas, visto que foi o segundo pedido da população sendo lazer, sendo o primeiro asfalto. Contou que quando se trata da situação ou oposição, disse que defende os projetos da prefeitura pois acredita que tem feito grande mudança, e que continuará defendendo. Ressaltou ainda que em sessões passadas falou o porquê faz a defesa do governo e ainda disse que nem todos os projetos são perfeitos, e que existem muitos problemas que podem ser melhorados. Disse que tiveram vereadores que se manifestaram de forma técnica, mas tem vereadores que disseram que este governo é fajuto, sabe que se trata de uma opinião e respeita, mas não consegue concordar. Para finalizar, disse que na segunda discussão irá pedir novamente pela aprovação do projeto pois o mesmo é muito importante para a cidade, visto que ter essas chefias e diretorias a menos na prefeitura neste momento significa travar os andamentos dos projetos. Com a palavra, a presidente Zuleica Voltolini. Disse que em nenhum momento o projeto 557 esteve engavetado, mas sim tramitando entre as comissões, e como presidente da casa de leis confia nas comissões, e que se demorou um pouco mais é devido ao fato que tiveram dúvidas e tiveram que ir atrás das respostas. E disse que existe um Regimento Interno, e que nada é feito se não estiver neste regimento. E não havendo mais nada a ser tratado, a sra. presidente informou que o projeto passará por segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Executivo n° 583 de 2024** – Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Município de São Bento do Sul a receber, por doação, veículo da Empresa Municipal de Habitação EMHAB. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que esse veículo se trata de um Fiat Uno, diante da não utilização dele pela EMHAB visto que receberam veículos da PRF, com condições melhores para uso. Salientou então que na segunda discussão irá pedir pela aprovação dos vereadores. E não havendo manifestações, a sra. presidente informou que o projeto passará por uma segunda discussão em sessão futura. **Projeto de Lei do Executivo n° 584 de 2024 –** Autor: Executivo Municipal – Autoriza o Poder Executivo a efetuar alienação de imóvel a particulares, referente à regularização de área habitacional. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que se trata de um pedido para que a EMHAB possa transferir aos proprietários particulares que terminaram de pagar o financiamento do programa habitacional, proveniente do programa Pró-moradia, estando com a documentação regularizada e poderão receber as suas

escrituras. Ressaltou que as despesas em relação a escritura ficam por conta de cada beneficiário. Disse que este projeto se trata da autorização para dez munícipes que poderão fazer sua escritura. Disse que na segunda discussão irá pedir pela aprovação do projeto. E não havendo manifestações, a sra. presidente informou que o projeto passará por uma segunda discussão em sessão futura. Devido ao horário, a sra. presidente propôs aos vereadores a prorrogação da sessão para além das duas horas previstas, colocando em discussão o requerimento de prorrogação, e não havendo manifestações, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade em seguida. **TRIBUNA POPULAR LIVRE:** **Nome** Sandra Alves de Lima Carvalho Machado, **Entidade** Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de São Bento do Sul, **Assunto** papel e atual situação da cooperativa. Com a palavra, a presidente da cooperativa Sandra. Pediu para que os vereadores olhassem este projeto com amor e carinho, visto que a cooperativa está passando por uma fase difícil. Disse que além da renda ser de mil e duzentos reais por mês, acontece muitas vezes de passar dejetos de animais pela esteira. Comentou que o preço do material abaixou muito e trouxe alguns exemplos para a sua fala. Ressaltou que as pessoas da cooperativa vivem centavo por centavo. Disse ainda que dos mil e duzentos que recebe, gasta oitocentos reais com aluguel, fora água e luz, não sobrando nada. Comentou ainda que cozinha na cooperativa, e que os catadores pagam o almoço, e a cooperativa paga 20% de NPS e mais 15% para manter a cooperativa. Disse que é necessário trabalhar o mês inteiro pensando no que irá resultar no próximo. Comentou que sabe que se trata de ano eleitoral, mas que a cooperativa não pode esperar, e que do jeito que está, terão que fechar as portas, visto que precisam pagar contas, emitir nota entre outras. Comentou ainda, sem citar nomes, que conseguiu cesta básica de alguns vereadores, para dar para os catadores. Pediu para que cada um fosse ver a situação da cooperativa, disse que material tem, mas não mão de obra, visto que o material abaixou tanto que muitos saíram, aproximadamente 35 para 14 pessoas. Comentou sobre casos de tuberculose na cooperativa, onde a pessoa está afastada por sete meses e os outros funcionários estão com o vírus e ainda disse que toda segunda-feira vão até a vigilância para cuidados médicos, mas que precisa sempre se “desdobrar” para levar os funcionários visto o preço da gasolina, e que inclusive já pensou em decretar falência por não ter como manter. Para finalizar, disse que não tem como ficar esperando o projeto, visto que a fome não espera e o aluguel se atrasar é mandada embora. Disse que o aterro não suporta mais, salientando que por dia são 14 caminhões de material reciclável. Ainda comentou de casos onde animais são mandados mortos e vivos em sacos de lixo. Disse ainda que vários catadores infelizmente comem restos de comidas que passam pela esteira, e que ainda pedem as sobras do almoço para poder levar para casa e ter o que comer. Com a palavra, o vereador Adriano Reinhardt. Disse que sabe do trabalho que é realizado e as dificuldades que se encontram no local. Realizou algumas perguntas para Sandra, e uma delas se é

recebido o apoio do SAMAE, e de que forma. Se é recebido EPIs, manutenção de equipamentos ou fornecimento de algum material. Em resposta, Sandra disse que recebem ajuda do SAMAE recebendo luva, serviços de eletricista, e material da usina, tendo como exemplo, 400 quilos de latinha no mês anterior para a cooperativa. Em segunda pergunta, o vereador Adriano perguntou se hoje recebem material da rua ou somente o que sai da usina de processamento. Em sua resposta, Sandra disse que recebem da rua. Novamente realizando perguntas, o vereador Adriano perguntou quanto material a cooperativa está recebendo vindo da usina de processamento com lixo. Em resposta, Sandra disse zero, que não existe lixo no meio do material. Perguntou novamente, o vereador Adriano, quanto material a cooperativa recebe semanalmente com origem dos eco pontos. Em resposta, Sandra disse que todos os dias recebem material dos ecos pontos. O vereador Adriano perguntou por qual motivo os eco pontos estão com acúmulo de resíduos não recolhidos. Perguntou se a cooperativa faz o recolhimento. Em resposta, Sandra disse que antigamente a cooperativa fazia o recolhimento do material, mas que depois foi contratado uma empresa e que venceu o contrato da mesma, e a cooperativa voltou a fazer o recolhimento do material por um mês. Mas disse que o material que fica jogado nos eco pontos, é devido os catadores informais retirarem o lixo que querem e o que é mais “valioso” e o restante deixam na frente espalhados pelo eco ponto. Disse também que as pessoas não colocam o lixo no devido lugar, apenas jogam próximo. Comentou ainda sobre a situação de pessoas dormindo dentro do eco ponto. O vereador Adriano perguntou porque foi tirado a coleta dos eco pontos feito pela cooperativa. Perguntou se foi uma questão da cooperativa ou da prefeitura. Sandra respondeu que foi porque a cooperativa não quis mais fazer de graça. O vereador Adriano disse que sabe da importância este projeto e que será aprovado, e comentou que além de outros vereadores, visitou a questão da reciclagem, usina de lixo, e disse que sabe e viu que sempre tem e terá muito material nobre no local, e perguntou o porquê esse material não é repassado gratuitamente para a cooperativa, visto que seria mais um benefício para a cooperativa, um material limpo com valor agregado, além de um subsídio deste projeto que está sendo discutido, visto que esse material será vendido e voltado para os cofres do SAMAE, não sendo para gerar lucro, mas se autossustentar. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Agradeceu a Sandra por ter trazido a realidade, visto que pessoas do convívio passam fome e estão se alimentando da sobra nas esteiras onde fazem a classificação do material reciclável. Disse que existe uma secretaria de assistência social que é cara, para o contribuinte, pagando secretários, diretores, assistentes sociais, funcionários e veículos. E quando solicitado, com pessoas passando fome e as vezes não tendo onde morar, a assistência social oferece um cartão de R$100. Disse ainda sobre o gasto de 520 mil reais na compra de sacos laranjas pela prefeitura, e complementou que o povo infelizmente não está preparado para o saco de lixo laranja. Comentou ainda sobre 14 lixeiras subterrâneas que o prefeito solicitou,

onde cada uma custa 69 mil reais, e disse ainda que cada lixeira se aproximaria do preço de uma casa popular. Disse ainda que a EMHAB poderia ter feito casas populares, que inclusive poderiam abranger os catadores, mas que recebem um milhão e trezentos mil reais por ano e não foram capazes. Por fim, disse que provavelmente o projeto será aprovado, porém contra a lei, pois é ilegal no quarto ano criar esse tipo de projeto. Mas disse que caso tiverem que futuramente dar explicações quem sabe até mesmo para Ministério Público ou Tribunal de Contas do Estado, irão dizer que o projeto foi aprovado pois estavam passando fome. Lamenta o fato de o projeto ter sido criado apenas agora, apenas no último ano, pois a fome que passam os catadores não começou agora. Com a palavra, a vereadora Carla O. Hofmann. Disse que é de profunda tristeza escutar o depoimento de Sandra, e que mais uma vez é colocado responsabilidade na casa de leis uma responsabilidade que não é sua. Perguntou para a senhora Sandra como tem sido a média do último ano, visto que em março o valor foi de mil e duzentos reais. Em resposta, a presidente da cooperativa, Sandra, respondeu que em torno de mil e quinhentos reais. E disse que na pandemia, ganhavam em torno de dois mil reais e que nesse período a única cooperativa do estado que continuou aberta foi a de São Bento do Sul. Em outra pergunta, a vereadora Carla perguntou quando foi que houve a conversa com o SAMAE. Sandra respondeu que foi no mês passado. A vereadora Carla, prestou mais uma vez sua solidariedade em razão a todas as famílias que estão nesta situação muito triste. Disse que embora este projeto esteja para ser feito uma análise, não se trata do retrato de uma cooperativa de catadores, mas sim, o retrato de uma política de assistência social que não tem chegado onde deveria chegar. E disse que embora tenha esse projeto paliativo para essas 14 famílias, a vereadora Karen deve conhecer mais uma centena de famílias que se encontram nestas mesmas condições, mas que não terão um projeto como este para ser aprovado, e que não terão voz na tribuna, e insistindo em colocá-los na posição de invisibilidade que se tem nessas famílias nas comunidades em São Bento do Sul. Com parte da palavra, o vereador Jairson Sabino. Fez um apelo à Procuradoria da Mulher, disse que fez tanta coisa boa, como por exemplo palestras, mas pediu para que se possa atender também as “invisíveis” como mencionou a vereadora Carla. Disse que reconhece que as palestras são boas e produtivas, com locais bonitos, mas existe também este mundo, dos invisíveis. Disse que é importante que a procuradoria também possa atingir e abordar estes casos. Com a palavra, o vereador Darlan A. Guliani. Disse que desde que visitou a cooperativa, mesmo sendo o proponente da tribuna, não sabe se sente orgulho ao dar visibilidade, mas que sentiria orgulho caso a senhora Sandra explanasse na tribuna que recebe bem por fazer seu trabalho com amor. Disse que não sabe se foi funcional no município o uso do “saco laranja”, mas que em outra cidade aumentou de 5% para 27% a coleta, disse também não saber se lixeiras subterrâneas é o correto mesmo sendo uma reclamação de alguns. Comentou que como legislador as vezes se sente de mãos atadas em querer dar uma

solução. Contou que ficou feliz quando Sandra mencionou que em ano eleitoral se tem fome, visto que o projeto veio em ano eleitoral e foi feito a reunião mês passado. E disse que entende porque as outras pessoas saíram da cooperativa, que provavelmente em busca de outro trabalho que ganhariam mais, mas o vereador disse que ficou claro que este não é um projeto eleitoral, visto pela quantidade de pessoas, resultando em apenas alguns votos. Disse que é necessário levar aos deputados federais para que se possa rever certas situações, dentro das responsabilidades, pois em ano eleitoral continuam sentindo fome. Disse que acredita que o projeto irá passar pela legalidade, visto que se trata de uma questão nobre e porque é uma maneira de reconhecer o bem que a cooperativa faz. Agradeceu a participação de Sandra, e disse que irá voltar na cooperativa assim que possível. Com a palavra, a vereadora Karen L. Fechner. Disse que a realidade que a Sandra apresentou, é uma realidade que a vereadora acompanha há 12 anos, sendo assistente social, e tem a certeza que toda a estrutura da assistência social está sendo organizada principalmente para o atendimento dessas pessoas. Disse que todos os técnicos e funcionários da assistência social do município, ouvindo a colocação da Sandra, se identificam com todas as outras pessoas que são atendidas na secretaria. Disse que a assistência social sabe sobre as dificuldades das famílias carentes passam, e confirmou que existem muitas famílias em São Bento do Sul passando fome. Disse que quando usa a palavra livre para falar sobre a importância da participação nas conferências municipais, e a cobrança dos governantes de todas as instâncias para que façam repasses dignos para a assistência social, são para essas famílias que estão pedindo. Ressaltou a importância da participação de todas as pessoas cobrando que um benefício eventual de cesta básica não seja o máximo de R$192 como se tem hoje, pois hoje ninguém consegue comprar uma cesta básica com esse valor. Disse que algumas famílias tem a possibilidade de receber o auxílio Bolsa Família, mas que só é oferecido para famílias que se encontram em extrema pobreza. Disse que essa realidade existe em São Bento do Sul há anos, e que os profissionais da assistência social jamais estarão satisfeitos com o que hoje é possível oferecer para estas famílias. Disse que a assistência social não se trata apenas de fornecimento de benefícios eventuais, mas que também atende crianças abusadas sexualmente e mulheres que sofrem violência doméstica. Ressaltou a importância da Procuradoria da Mulher dentro da Câmara de Vereadores, e a importância que a câmara dá para os serviços que prestam. Disse que fica triste com o relato trazido pela Sandra da cooperativa, mas que são esses relatos que a vereadora Karen trabalha todos os dias como assistente social. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que esse projeto não é uma criação de agora, mas que já está em diversas outras cidades e que funciona bem. Disse que o projeto chegou na câmara no mês de março pois o pedido veio no mês de março. Disse que se este projeto tivesse chegado no ano passado, ele seria tramitado rapidamente e aprovado em seguida, mas garantiu que o projeto será aprovado. Comentou ainda sobre

o que se trata o projeto, e disse que é um subsídio que será repassado pelo SAMAE, e existe previsão legal pois os municípios são obrigados por lei federal a fazerem o devido tratamento dos lixos, então o município tem a obrigação de recolher e dar a destinação correta, e as cooperativas é uma maneira de dar a destinação correta para esse lixo para que não vá todo para o aterro sanitário. Outra maneira, seria a usina, que já está sendo utilizada. Então existe uma justificativa para o projeto. Disse que é um ano eleitoral sim, mas que existe um orçamento para o tratamento dos sólidos. É um incentivo novo que irá para as cooperativas, mas existe um orçamento que foi aprovado na Câmara de Vereadores no ano passado. Comentou ainda que esse valor que será repassado irá fazer uma grande diferença na cooperativa. Explicou que este projeto ainda não foi colocado em segunda discussão porque foi feito um Requerimento de Informação. Em seguida a sra. presidente Zuleica Voltolini informou que quanto antes o SAMAE responder estes questionamentos antes o projeto irá para a segunda discussão e votação. Agradeceu a Sandra pelas relevantes colocações durante sua fala, e pediu para que não desistam e continuem lutando pela nobre causa. E não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 06 de maio de 2024 às dezenove horas. Mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 29 de abril de 2024.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

ALISSON ANTÔNIO HASTREITER

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LUIZ LINDECIR PESENTI

TEREZINHA M. DYBAS